



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA DEZ DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE (10-04-2017)

No dia dez de abril de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e um minuto; no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da **Ata da Nona Reunião Ordinária**, realizada no dia três de março do presente ano. A ata foi colocada em **discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Geraldo comentou a importância de se ter um deputado estadual representando a cidade de Mariana, mas essa candidatura custou, custa e custará muito ao município. Após ressalva, a ata foi **aprovada por unanimidade**. O presidente convidou o Secretário de Fazenda, Sr. José Carlos Sampaio; o Secretário de Planejamento, Sr. Marlon Figueiredo; o Secretário de Planejamento, Ênio Eduardo Pontes; Assessor Técnico de Planejamento, Sr. Anderson Stoppa; a Coordenadora do FUNPREV; Sra. Leandra Aparecida Saraiva; a presidente do conselho de previdência municipal, Sra. Edilene; e o ex-vereador Romeu Miranda para comporem o plenário. Leitura do **Projeto de Lei: Projeto de Lei Substitutivo nº 03/2017** (autoria Prefeito Municipal); **Projeto de Lei Substitutivo nº 10/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento); **Projeto de Lei nº 32/2017** (autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mariana). Pela ordem, o vereador Geraldo solicitou a retirada do projeto por infringir normas regimentais e esclareceu que a matéria é alterada através de projeto de resolução e com votação específica. O presidente pediu a presença do jurídico para esclarecer o teor do projeto. O jurídico explicou que o regimento, que é matéria interna, vem subordinado a lei. É questão de ordem, primeiro faz-se a lei depois altera-se o regimento interno. O vereador Geraldo assinalou que o calendário já consta na lei orgânica. O presidente retirou o projeto de pauta. Leitura dos **Requerimentos: Requerimento nº92/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves); **Requerimento nº 94/2017** (autoria do vereador José Jarbas Ramos Filho); **Requerimento nº 95/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas); **Requerimento nº96/2017** (autoria de todos os vereadores); **Requerimento nº97/2017** (Antônio Marcos Ramos de Freitas); Leitura das **Moções de Aplauso: Moção de Aplauso nº 10/2017** (autoria de todos os vereadores); **Moção de Aplauso nº 11/2017** (autoria dos vereadores Marcelo Macedo, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Daniely Cristina Alves,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Geraldo Sales e José Jarbas Ramos Filho); **Moção de Aplauso nº12/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento). Leitura da **Moção de Pesar**: pelo passamento da Sra. Agostinha Ribeiro Pereira (autoria do vereador Ronaldo Bento); pelo passamento do Sr. Arnaldo de Meira (autoria do vereador Antônio Marcos). **A reunião ocorreu sem intervalo. Votações: Projeto de Lei nº17/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Juliano assinalou que já há uma lei estadual que protege os animais, foi a partir dessa, que o projeto propõe uma lei municipal. O vereador explicou como funcionará o conselho e disse que a proposta do conselho é ser consultivo-deliberativo que fiscalizará o recurso destinado à vigilância em saúde para a causa e propor políticas públicas para a proteção animal. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução nº03/ 2017** (autoria da Mesa Diretora). Pela ordem, o vereador Antônio Marcos pediu a votação do projeto em única discussão e votação. Com anuência do plenário, o presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução Substitutivo nº01/2017** (autoria do vereador Edson Agostinho). O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Edson disse que não alterará em nada o andamento dos trabalhos da Câmara. A proposição é uma homenagem à população que dá direito aos vereadores de representá-la. Pela ordem, o vereador Cristiano parabenizou a iniciativa do autor do projeto e disse que isso já acontece em outras Câmaras, Congresso e Assembleia Legislativa. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº13/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº21/2017** (autoria do vereador Devyson Ribeiro). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 28/2017** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Marcelo pediu a retirada do projeto, a fim de se obter as informações solicitadas pelo vereador Antônio Marcos, um direito do vereador. O presidente consultou nominalmente sobre a retirada ou não do projeto: os vereadores Antônio Marcos, Daniely Cristina Alves, Marcelo Macedo, José Jarbas, Cristiano Vilas Boas, Edson Agostinho, Devyson Ribeiro votaram pela retirada do projeto. Enquanto, os vereadores João Bosco, Juliano Vasconcelos, Gerson Cunha, Ronaldo Bento, Geraldo Sales, Adimar José Cota pela manutenção do projeto na pauta. **O projeto foi retirado da pauta. Requerimento**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

nº92/2017 (autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Juliano justificou o requerimento ressaltando a importância da sinalização nas estradas mencionadas; cada dia que passa as pessoas têm utilizado as vias para praticar ciclismo e que os motoristas não têm respeitado os ciclistas. A sinalização evitará muitos acidentes. O vereador comentou que é preciso dar condições aos praticantes do esporte de ter uma maior segurança. O vereador Devyson quis assinar o requerimento comentando a importância do esporte e de se colocar não só placas, mas também redutores de velocidade. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos parabenizou a iniciativa e acrescentou que é uma questão de segurança. O presidente retirou o projeto para devidos acréscimos. **Requerimento nº94/2017** (autoria do vereador José Jarbas Ramos Filho). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. O vereador José Jarbas disse que há uma grande reclamação da falta de professor em diversas escolas do município. É preciso de uma resposta imediata da secretaria de educação. O vereador requereu da secretaria informação de quando vai começar o tempo integral na cidade, qual a data de início. O requerimento foi **aprovado por unanimidade**. **Requerimento nº95/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos explicou que os orelhões inativos estão atrapalhando o trânsito das pessoas em certos pontos da cidade. O requerimento foi **aprovado por unanimidade**. **Requerimento nº97/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos disse que tem dúvidas da forma de utilização dos recursos em algumas obras. É preciso buscar todas as informações possíveis, se há projetos para a execução de todas as obras. Pela ordem, o vereador Geraldo assinalou que os vereadores de situação têm trânsito livre para recorrer à prefeitura, sua equipe técnica, a fim de se tirar as dúvidas do vereador. O vereador Geraldo comentou a importância da aprovação do projeto, que trará benefícios à Mariana. O vereador José Jarbas criticou o projeto, o qual poderá incentivar mais empréstimos e pediu à Casa que reprovasse o projeto. Pela ordem, o vereador Marcelo concordou com o direito do pedido de informações do vereador Antônio Marcos sobre o projeto e colocou a comissão de obras à disposição. Pela ordem, a vereadora Daniely parabenizou o vereador pelo requerimento, há ainda dúvidas sobre o projeto e disse que votaria contrária ao projeto por não ter conhecimento suficiente e acrescentou que projetos devem ser votados sem bandeira partidária



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

assinalando que o executivo está a privando de algumas informações, pois ela nunca foi convidada pelo prefeito para explicar algum projeto. Ainda, a vereadora frisou que os quinze vereadores devem ser tratados com igualdade perante o executivo. Pela ordem, o vereador Juliano esclareceu que o empréstimo é um plano para todas as cidades mineradoras, com taxa de juros muito baixa. Todas essas cidades já aderiram ao recurso, o qual só pode ser investido em obras públicas. O vereador comentou a urgência de executar algumas obras na cidade. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Moção de Aplauso nº10/2017** (autoria de todos os vereadores). O presidente submeteu a moção em **única discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Moção de Aplauso nº12/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento). O presidente submeteu a moção em **única discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Moção de Aplauso nº11/2017** (autoria dos vereadores Marcelo Macedo, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Daniely Cristina Alves, Geraldo Sales e José Jarbas Ramos Filho). O presidente submeteu a moção em **única discussão e votação**. Pela ordem, os vereadores Antônio Marcos e José Jarbas assinalaram a relevante atuação do Defensor Público, Sr. Saulo, na cidade em tão pouco tempo como, por exemplo, na questão do fechamento da escola mundinho. A moção foi **aprovada por unanimidade**. Conforme requerimento dos vereadores Marcelo e José Jarbas, o presidente convidou a Sra. Edilene, presidente do conselho do FUNPREV, para fazer uso da palavra. Com a palavra, o vereador José Jarbas perguntou a Sra. Edilene a real situação do fundo previdenciário municipal, se há um rombo no fundo e se os servidores poderão se aposentar tranquilamente. Sra. Edilene disse que existe um passivo de acordo com o cálculo atuarial e que há um tempo para ser reposto. O repasse da prefeitura está em dia, mas não é suficiente para cobrir o passivo e deixou claro que a matéria veiculada num jornal local é inverídica. Sra. Edilene disse que não houve uma auditoria. O recurso hoje é suficiente, mas daqui dez ou quinze anos a situação será preocupante. É preciso de uma base de sustentação para manter esses pagamentos, sendo uma das soluções a realização de concurso público. Há uma série de fatores que se somam que transformam em um grande problema futuro. O vereador Geraldo disse que a matéria no jornal foi escrita sem conhecimento, de péssimo teor e sugeriu ao conselho previdenciário e à equipe da prefeitura a redução para 1% a taxa mensal para administrar o FUNPREV. O vereador Geraldo disse que realmente os contratados trazem um prejuízo por não contribuir e que a folha de pagamento está no limite, não dá para realizar um concurso público. O vereador disse que houve prejuízos muito grande



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

com paralização da Samarco, houve uma queda de arrecadação e que provavelmente será pior no final do ano. O vereador Geraldo assinalou que pode correr o risco de demitir funcionários efetivos. O vereador pediu à equipe de planejamento do executivo a evolução do custo da máquina pública de 2011 até hoje. O vereador pediu à comissão de obras que faça uma visita a escola Monsenhor José Cota para verificar a necessidade da reforma da escola. O vereador quis saber se o Fundo teve algum prejuízo através de algum investimento de risco e quem seriam os responsáveis. Sra. Edilene disse que ela não sabia se legalmente poderia reduzir a taxa de administração e que não se gasta os 2% da taxa de administração. Ela informou que a sobra dessa taxa vai para uma conta para uma futura compra de um imóvel próprio. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos perguntou se o melhor caminho é acabar com o FUNPREV e voltar a previdência para a da União. Sra. Edilene disse que não, há grande vantagens do regime próprio de previdência. O vereador Antônio Marcos comentou a importância de se conhecer melhor o fundo próprio, de os servidores entender que o fundo é deles. O vereador assinalou que na criação do fundo em 2008, não se teve a preocupação de se ter um conselho e acrescentou que o fundo próprio é muito positivo para os servidores. Sra. Edilene informou que já houve um investimento que gerou prejuízo ao fundo e esclareceu que não há uma aplicação sem riscos. Na época, aconteceu uma falha, mas foi por falta de conhecimento. O presidente disse que sempre acreditou no fundo, os servidores demoraram para entender e que o fundo representa uma forma digna de se aposentar. O presidente assinalou que a questão é fiscaliza e gerir bem o fundo. E sugeriu que talvez poderia aumentar o teto de contribuição mensal do servidor, caso seja permitido por lei. O vereador José Jarbas pediu que o responsável da elaboração do cálculo atuarial do fundo participe da audiência pública que será realizada e solicitou ao conselho a apresentação do plano de ação ao longo dos anos no qual o município esteja envolvido para que não haja uma possível catástrofe e que possa dar uma segurança ao servidor. Sra. Leandra esclareceu que todas as informações do fundo estão disponíveis no site do FUNPREV e que o investimento feito em 2011 teve retorno bom, 80%, porém tinha 50 % de títulos privados de bancos que foram quebrando. Na gestão de 2013, percebeu-se um prejuízo mais de seiscentos milhões de reais. A partir de consultoria externa, foi resgatada a aplicação. Em seguida, foi aplicado dois milhões e quinhentos em 2011, sendo em 2014 resgatado um milhão e trezentos e sessenta e oito reais, o qual foi aplicado em títulos públicos do governo para recuperação 2024, tendo atualmente um rendimento de um milhão novecentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

dezoito reais. Sra. Leandra assinalou que hoje o fundo só tem título público, que não corre riscos como título privado, mas há o risco de mercado, esse título acompanha a inflação. Sra. Leandra frisou que a rentabilidade em título público não traz retornos vantajosos de modo que o fundo está analisando aplicações mais vantajosas. O vereador José Jarbas perguntou qual seria o cálculo se fosse baseado em dois filhos e não em cinco filhos. Sra. Leandra explicou que há outros fatores que influenciam nesse cálculo. Uma das ações do fundo que levará de dois a três meses será o recadastramento do tempo de serviço dos servidores no sistema do FUNPREV, o que permitirá uma base mais fidedigna para fazer o cálculo. Sra. Leandra disse que os membros do fundo participam de muitos treinamentos e acrescentou que muitos fundos em outras cidades possuem déficits também. Ela esclareceu que o fundo foi criado já com um déficit de vinte e cinco milhões e que o município tem trinta e cinco anos para cobrir esse déficit. O vereador José Jarbas comentou a importância de se estabelecer plano de ações para cada autoridade envolvida e sugeriu que fosse firmado um termo de compromisso junto a uma fiscalização do ministério público garantindo a continuidade do plano de ação. O presidente disse que se precisar que aumente o repasse da Câmara e da Prefeitura para o fundo, que seja feito o mais rápido possível de modo a cobrir o déficit do fundo. O vereador José Jarbas perguntou quanto o fundo tem em caixa e qual o valor mensal para fazer o pagamento do funcionalismo público. Sra. Leandra disse que o valor do patrimônio é de cento e trinta e cinco milhões seiscentos e treze mil e setecentos e trinta e quatro reais. Enquanto o déficit atual é de cento e vinte e oito milhões duzentos e dezessete mil quinhentos e quarenta e cinco reais, porém há o plano de amortização que cobre noventa e sete milhões sessenta e um mil e quatrocentos e vinte e nove reais, assim o déficit do município seria de trinta e um milhões e cento e cinquenta e seis mil reais. Sra. Leandra ressaltou que o fundo próprio pode ser fiscalizado de perto diferentemente do INSS. Além disso o tempo do procedimento para a aposentadoria é menor. Em seguida, o vereador José Jarbas perguntou ao secretário Ênio a situação financeira atual do município, se haverá ajustes, quais serão as medidas do município. O secretário Ênio disse que houve queda significativa de arrecadação e que o percentual da folha de pagamento atingiu 53,99%. O município está estudando para realizar cortes com prudência. É preciso levar em consideração o valor financeiro e continuar assistindo a população. O vereador José Jarbas perguntou qual seria o valor do corte. O secretário disse que de acordo com a lei de responsabilidade o corte seria de nomeados, deve-se cortar vinte por cento do quadro. O município gasta atualmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

um milhão e trezentos reais mensais em folha de pagamento, dando um valor anual em torno de dezessete milhões. O secretário apresentou uma comparação entre os anos anteriores e o atual: em 2012, quinze vírgula quatro milhões de reais; em 2013, dezessete vírgula três milhões reais; em 2014, vinte e dois vírgula oito milhões de reais; em 2015, vinte e dois vírgula três milhões; em 2016, vinte e um vírgula sete milhões de reais; em 2017, a expectativa é de gastar dezoito milhões. O vereador José Jarbas disse que o governo tem como tirar dinheiro sem precisar adquirir empréstimos e desejou que o corte seja feito imediatamente, que corte metade dos cargos de confiança sem endividar o município. A vereadora Daniely perguntou qual foi arrecadação no mês de fevereiro e março. O secretário Ênio ressaltou que foi cobrado pelo prefeito a análise do corte de cargo de nomeação, o qual deverá ser feito com cautela. O vereador José Jarbas comentou que o município possui duzentos cargos de confiança e setenta e quatro gratificações. O Secretário Ênio esclareceu que as gratificações foram cortadas no ano passado, nenhum servidor tem gratificação. As funções gratificadas existem, mas não são todas utilizadas. Esse total gira em torno de quarenta e oito mil reais mensais. O vereador Jose Jarbas requereu qual o quantitativo que o executivo gasta com função gratificada. O secretário disse que dá menos de seiscentos mil reais. O Secretário Marlon disse que a arrecadação em janeiro foi de vinte e três milhões; em fevereiro foi de dezoito milhões; enquanto em março foi de vinte milhões. O município tem agido para equilibrar as contas e esclareceu que a lei permite um prazo para que seja readequado o percentual a folha de pagamento. O município tem monitorado a as contas públicas e orçamento para tentar gerar economicidade à máquina pública. O vereador José Jarbas perguntou se abril mantiver a arrecadação, qual seria o ajuste que a prefeitura teria que fazer para reduzir gastos; qual tem sido a orientação dos secretários para o município fazer os ajustes. O secretário Marlon disse que há outras formas de cortar: muitos contratos foram reduzidos e cortados. Nos processos licitatórios, o município tem conseguido economizar consideravelmente (mais de 30 % do que é ditado pelo mercado). O secretário frisou que o corte de nomeados pode causar desassistência no serviço público. A vereadora Daniely disse que muitas mães estão desassistidas pela falta do tempo integral; crianças do CEMPA, do Cabanas e do distrito de Barro Branco estão desassistidas por falta de professor. Muitas ações estão sendo tomadas, mas precisa ter o pé no chão e selecionar as pessoas que realmente trabalham para o município, o qual tem que deixar de ser cabide de emprego. É preciso valorizar o servidor efetivo. Mariana já passou do tempo de ter o plano de carreira. Sabe-se que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

medidas impopulares chegarão à Casa; está na hora de o executivo tomar uma atitude, fazer o seu papel. A vereadora disse que são quinze vereadores que merecem respeito e acrescentou que a oposição contribui muito mais para o governo do que a omissão. É preciso dar prioridade para os menos favorecidos. O tempo integral nos bairros mais carentes é um problema social. As mães não têm com quem deixar as crianças. Há muita gente nomeada e pouca gente trabalhando. Chega de administrar por amizade e acrescentou que há determinados cargos ocupados por pessoas sem competência nenhuma. O secretário Marlon disse que a secretária de planejamento tem trabalhado com muita responsabilidade. O vereador José Jarbas disse que se o tempo integral estivesse funcionando já teria estourado o limite da folha de pagamento. O vereador Geraldo comentou a elevada despesa no ano eleitoral de 2014, na eleição do deputado estadual na cidade. Na época, a cooperativa de transporte foi para trinta e sete milhões reais. A folha de pagamento teve um aumento elevado. Tudo isso foi para conquistar cabos eleitorais para a eleição. É preciso avaliar todas as medidas que o município deve tomar e que a previsão de arrecadação é de piora. O vereador comentou a dificuldade dos comerciantes locais e da cidade como um todo e acrescentou que o empréstimo fomentará a economia de Mariana. O vereador disse que ainda não teve conhecimento de nenhuma emenda parlamentar enviada à Mariana e acrescentou que o prefeito tem empenhado para fazer os cortes necessários. O vereador questionou se o município conseguirá manter a folha de pagamento dos servidores da educação que gasta mais de 100% da receita da educação. O vereador José Jarbas disse que é preciso uma resposta do executivo e requereu da prefeitura de quando será feito o repasse dos recursos para as instituições sociais, quando o tempo integral irá retornar, qual a previsão da secretaria de planejamento para fazer os cortes e seu tamanho para a volta do tempo integral. O vereador Antônio Marcos disse foi muito dinheiro gasto e muitos recursos que entraram no município, o qual se tivesse economizado anos anteriores, Mariana não estaria passando por isso hoje. É preciso lembrar isso, tomar vergonha na cara para que Mariana não volte ao que era feito anos anteriores. Ainda, o vereador lembrou da importância da mudança do marco regulatório para melhorar a arrecadação do município. O assessor técnico, Anderson Stoppa, informou que cortes já vêm sendo feito desde 2015 e que o objetivo é trabalhar novas receitas, aumentar o CFEM, por exemplo. Além disso, o executivo precisa se atentar para questões sociais, administrativas e legais para não comprometer o município. Nada mais havendo, a reunião foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

encerrada às vinte horas e dezenove minutos. E para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.